Ficha da Acção

Designação TUTORIA EM CONTEXTO ESCOLAR: O papel do professor tutor

Região de Educação **Área de Formação** A B C D

Classificação Formação Contínua **Modalidade** Oficina de Formação

Duração

Nº Total de horas presenciais conjuntas 15 Nº Total de horas de trabalho autónomo 15

Nº de Créditos 1.2

Calendarização

Entre 1 e 2 (meses)

Cód. Área C09 **Descrição** Práticas de Aconselhamento e Orientação,

Cód. Dest. 14 **Descrição** Professores dos Ensinos Básico e Secundário

Dest. 50% **Descrição**

Nº de formandos por cada realização da acção

Mínimo 10 Máximo 20

Reg. de acreditação (ant.) CCPFC/ACC-88288/16

Formadores

Formadores com certificado de registo

B.I. 11863647 **Nome** Márcio Nuno Pereira de Oliveira **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-35580/15

Componentes do programa Todas **Nº de horas** 15

Formadores sem certificado de registo

Anexo B

A preencher nas modalidades de Oficina, Estágio, Projecto e Círculo de Estudos

Razões justificativas da acção: Problema/Necessidade de formação identificado

Na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) está determinado, nos seus princípios, que “o sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho”.

Os desafios que se colocam atualmente às escolas e aos professores, por um lado, a nível da inclusão dos alunos, respondendo à incumbência de promover uma efetiva igualdade de oportunidades, e, por outro lado, na gestão da diversidade pessoal, familiar, social, económica e cultural existente na comunidade educativa, impulsionam o exercício de reflexão e reformulação dos modelos de orientação e intervenção educativa praticados.

A Escola e a Família são os contextos socializadores primordiais das crianças e jovens, devendo, por isso, realizar um trabalho colaborativo e assumir um papel ativo promotor de comportamentos e atitudes, bem como de orientação na construção do projeto de vida pessoal, escolar e profissional. A Escola, porém, marcada por alguma rigidez organizacional, frequentemente mostra-se incapaz de dar resposta adequada a alunos provenientes de contextos de risco e/ou que exibem comportamentos disruptivos, problemas de conduta, insucesso escolar, desmotivação académica, remetendo-as, muitas vezes, para entidades externas, nomeadamente as CPCJ.

Como uma das respostas possíveis a estes alunos, existe a figura do professor-tutor que se encontra prevista nos documentos de referência da maioria das escolas/agrupamentos de escolas, nomeadamente no Regulamento Interno e nos Projetos Educativo e Curricular. Os objetivos principais da intervenção do professor-tutor junto dos alunos “tutorados” centram-se no apoio individual para melhorar a organização pessoal e o estudo, promover a integração e inclusão escolares, incentivar comportamentos adequados, prevenindo o insucesso, a indisciplina e os comportamentos considerados de risco.

Resultante de um levantamento prévio constatou-se a necessidade de formação para os professores que desempenham tais funções, uma vez que a preparação formal dos mesmos é praticamente inexistente. Além disso, revela-se premente a organização fundamentada das metodologias e procedimentos aplicados neste tipo de apoio, assim como clarificar as competências, funções e o perfil da figura do professor-tutor, partindo do que está previsto na legislação respetiva, mas avançando para a prática, com vista a melhorar o processo organizacional das tutorias.

Enfatiza-se a importância da construção e implementação do Plano de Ação Tutorial, a nível do Agrupamento de Escolas, assim como da elaboração de documentos modelo para a intervenção educativa com os alunos, nomeadamente o Plano de Ação Tutorial Individual.

Efeitos a produzir: Mudança de práticas, procedimentos ou materiais didáticos

A partir da partilha de experiências pessoais e profissionais pré-existentes, enquadrando-as e fundamentando-as de forma científica, pretende-se que sejam criadas situações que potenciem a reflexão, o questionamento, a discussão e a melhoria

das práticas e procedimentos. Além disso, deseja-se que seja possível produzir e realizar a aplicação experimental no terreno de instrumentos, formulários e atividades que possam ser pertinentes para o trabalho com alunos. As sessões presenciais conjuntas focar-se-ão nos constructos teóricos mas também no trabalho individual autónomo de natureza prática, pretendendo-se que sejam reflexivas e renovadoras das propostas materiais. A avaliação dos resultados será realizada em conjunto, salvaguardando as idiossincrasias de cada caso, mas com o intuito de criar uma lista de boas práticas, um guia de atividades e uma metodologia conjunta. Espera-se, ainda, com esta formação, contribuir para a mudança organizacional, a partir do interior da própria organização, assim como:

- Identificar e implementar as estratégias de orientação educativa mais eficazes;
- Promover competências pessoais e profissionais dos docentes;
- Incentivar o trabalho em rede, abrindo a Escola a novas e melhores parcerias com a rede social local.

Conteúdos da acção

Sessões Presenciais conjuntas:

Módulo 1

Abertura: Sistema de Avaliação dos formandos e da acção. Objetivos e conteúdos da acção.

Atividade de quebra-gelo e apresentação

Enquadramento da acção tutorial como resposta à diversidade populacional da escola - 1 hora

Brainstorming

Leitura e discussão de textos, em pequeno grupo, seguido de apresentação das conclusões em plenário.

Clarificação de conceitos.

Plano de acção tutorial a nível de escola: operacionalização das tutorias – 2 horas

Análise dos documentos de referência no Agrupamento de Escolas para identificação das referências efetuadas à figura do professor-tutor.

Princípios éticos e deontológicos na abordagem de casos. Salvaguarda da confidencialidade e privacidade da informação.

Indicações para a codificação de elementos que possam ser identificadores. Exemplos de registos devidamente codificados.

Identificação do público-alvo.

Procedimentos de sinalização de alunos e emparelhamento com os professores-tutores

Alterações organizacionais subjacentes à existência de tutorias.

Módulo 2

Perfil do professor-tutor – 1 hora

Leitura de texto sobre o perfil do professor tutor.

Reflexão escrita acerca do ajustamento do perfil pessoal ao perfil de um tutor.

Competências e funções do professor-tutor – 2 horas

Análise da legislação relevante para esta função

Resposta a um questionário com afirmações sobre as competências e funções do professor-tutor

Exemplificação de uma situação em que tenha sido observada uma dessas competências com alunos.

Módulo 3

Comunicação assertiva – 3 horas

Resposta a um questionário sobre o perfil comunicacional pessoal.

Leitura de um texto para clarificação dos estilos comunicacionais passivo, agressivo, manipulador e assertivo.

Resposta a um teste, consistindo em diálogos, assinalando o tipo de comunicação utilizado

Partilha e debate a partir de um exemplo pessoal de comunicação não assertiva, propondo uma possível resposta assertiva.

Ponto de situação e reflexão sobre o trabalho autónomo já realizado.

Módulo 4

Inteligência emocional – 2 horas

Resposta a um questionário para avaliação do Quociente Emocional (QE)

Leitura de um texto sobre Inteligência Emocional, reflexão e discussão sobre o mesmo.

Inserção de, pelo menos, uma sugestão, no glossário de estratégias e atividades para desenvolver a inteligência emocional.

Ponto de situação e reflexão sobre o trabalho autónomo já realizado.

Módulo 5

Perfil do aluno candidato a tutoria – 1 hora

Reflexão conjunta, complementada com informações fornecidas pelo formador, acerca das razões principais para um aluno ser encaminhado para tutoria

Elaboração de um guião de entrevista semiestruturada ao aluno “tutorado” e da ficha de identificação/caracterização pessoal do aluno (registo com elementos identificadores codificados).

Plano de acção tutorial individual – 1 hora

Construção/reformulação, em pequeno grupo, de planos de acção tutorial individuais para alunos

Exploração das atividades: Autorretrato presente, passado e futuro e O meu estilo de aprendizagem

Importância da comunicação entre o professor-tutor e a família do aluno – 1 hora

Elaboração de propostas para guiões de entrevista semiestruturadas para as famílias

Exploração das atividades: Comboio da vida e A minha Vida como um Estrada

Importância da promoção de parcerias entre o professor-tutor e a Rede Social Local – 1 hora

Importância da comunicação regular com a CPCJ

Formas de comunicação eficaz com os serviços médico-hospitalares

Princípios a respeitar nas parcerias da Escola com outras entidades

Reflexão/avaliação sobre o trabalho autónomo. Avaliação da acção pelos formandos-

Trabalho individual autónomo:

Entre as sessões 1 e 2 (3 horas)

Análise da legislação de referência, tendo em vista a clarificação do perfil, competências e funções do professor-tutor

Efetuar o registo escrito das referências presentes na legislação

Entre as sessões 2 e 5 (12 horas)

Cada professor escolhe um aluno com quem trabalhe/já trabalhou em funções de tutoria e realiza um estudo de caso, em formato de portefólio, com o registo da implementação dos instrumentos e técnicas fornecidos pelo formador e/ou construídos pelo grupo de formandos, designadamente: Guião de entrevista semiestruturada ao aluno; Guião de entrevista semiestruturada ao encarregado de educação; Ficha de Caracterização pessoal, familiar e escolar do aluno; Contrato comportamental; Plano de Acção tutorial individual, Ficha de autoavaliação da acção tutorial; Relatório final do Professor-

Tutor. (Todos os documentos/registos constantes do portefólio deverão seguir as normas e garantia de confidencialidade e privacidade de informação, trabalhadas com os formandos).

Metodologias de realização da acção

Passos Metodológicos:

A formação compreende sessões presenciais conjuntas com tipologia teórico-prática, implementando os métodos: expositivo, demonstrativo interrogativo e ativo. Nestas sessões serão expostos e discutidos os aspetos teóricos e organizacionais da tutoria em meio escolar, permitindo a interrogação das práticas existentes, a consolidação de procedimentos e a produção de novos materiais de intervenção.

Através do trabalho individual autónomo, os participantes serão convidados a refletir sobre as suas práticas, aferir a qualidade e eficácia das mesmas, terão oportunidade para implementar novos métodos e materiais, testar hipóteses e propostas, experimentar novas técnicas e desenvolver as competências pessoais e profissionais respeitantes à sua intervenção educativa.

No fim de cada sessão de formação presencial será refletido o trabalho autónomo, havendo salvaguarda dos princípios éticos da confidencialidade e privacidade da informação recorrendo à codificação de toda a informação que possa identificar alunos ou famílias.

O trabalho autónomo será registado individualmente por cada formando, em formato de portefólio, contendo todas as atividades implementadas.

Calendarização

A formação terá duração aproximada de dois meses, ao longo do mesmo ano escolar, sendo estabelecidos prazos pelo formador para cada tarefa/atividade dos formandos.

Regime de avaliação dos formandos

Nos termos do artigo 13.º do Regime Jurídico de Formação Contínua, com a redação dada pelo artigo 4.º do Decreto-lei n.º 15/2007 de 19 Janeiro a avaliação dos formandos será quantitativa e expressa na escala de 1 a 10.

A avaliação será contínua e os pesos da classificação final serão os seguintes:

Nível de participação – 50%

Portefólio individual com reflexão pessoal final – 50%

Forma de avaliação da acção

Inquéritos de satisfação aos docentes

Relatório crítico apresentado pelo Formador

Relatório crítico do Consultor de Formação

Bibliografia fundamental

Bibliografia e Webliografia:

(Devido a incompatibilidade com a plataforma do CCPFC o e-comercial será substituído por 'e'.)

ALARCÃO, M e SIMÕES, F. (2008). TUTAL - Metodologia de intervenção com alunos e alunas promovida por professores tutores. Oliveira de Azeméis: Papel de Carta Edições, Lda.

ÁLVARES, M. (Coord.) et al. (2013). Combate ao Abandono Escolar Precoce: Políticas e Práticas – Relatório Final. Lisboa: CIES-IUL. (Consultado em outubro de 2015 em http://www.igfse.pt/upload/docs/2014/EstudoPOATFSE_combateaoabandonoescolarprecoce_.pdf)

AZEVEDO, L. (1996). Comunicar com assertividade, Lisboa: IEFP.

AZEVEDO, N. e NASCIMENTO, A. (2007). Modelo de Tutoria: construção dialógica de sentido(s). Interações, Vol. 3, N.º 7, pp. 97-115. ISSN 1646-2335. (Consultado em janeiro, 2010, de <http://nonio.eses.pt/interaccoes/>)

CNE (2015). Retenção Escolar nos Ensinos Básico e Secundário: Relatório Técnico. CNE, Portugal. (Consultado em outubro de 2015 em http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Relatorio_Tecnico_Retencao.pdf)

ESTÊVÃO, P. e ÁLVARES, M. (2013). A medição e intervenção do abandono escolar precoce: desafios na investigação de um objeto esquivo. CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893).

FACHADA, M. (1992). Psicologia das Relações Interpessoais. Lisboa: Edições Rumo.

GOLEMAN, D. (1997). Inteligência Emocional. Lisboa: Temas e Debates.

LEITÃO, I. e MONTEIRO, I. (2009). Tutoria... tutorias. Ozarfaxinars (ISSN 1645-9180). E-revista do Centro de Formação de Associação das Escolas de Matosinhos, Portugal. (Consultado em outubro de 2015 em <http://www.cfaematosinhos.eu/>)

SEABRA, I. e MONTEIRO, I. (2009). Para começar: Uma história... duas escolas, dois percursos. Ozarfaxinars (ISSN 1645-9180). E-revista do Centro de Formação de Associação das Escolas de Matosinhos, Portugal. (Consultado em outubro de 2015 em <http://www.cfaematosinhos.eu/>)

SIMÃO e FLORES (2008). Experiências de Tutoria: Problemas e Desafios. Texto não publicado. Universidade de Lisboa, Portugal.

TOPPING, K. (2000). Tutoria. Série Práticas Educativas – 5. UNESCO: International Academy of Education. (Consultado em outubro de 2015 em <http://www.ibe.unesco.org/publications/EducationalPracticesSeriesPdf/prac05e.pdf>)

Legislação:

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo, versão atualizada em 2009)

Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio (regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário, bem como dos respetivos agrupamentos)

Decreto Regulamentar n.º 10/99, de 21 de julho (definiu as condições de funcionamento e coordenação das estruturas de orientação educativa, referidas no DL 115-A/98, de 4/05, quer quanto às competências, quer quanto ao modo como a escola passou a poder gerir a sua organização, onde constava a definição de funções e competências do Professor Tutor.)

Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de novembro (definiu, no âmbito da avaliação sumativa interna, princípios de actuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação dos planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento como estratégia de intervenção com vista ao sucesso educativo dos alunos.)

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril (Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas).

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo decreto-lei n.º 91/2013, de 10 de julho (estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo)

conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos e do processo de desenvolvimento de conteúdos dos ensinos básico e secundário.)

Despacho normativo n.º 17-A/2015, de 22 de setembro (regulamenta a avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos do Ensino Básico e as medidas de promoção do sucesso escolar que podem ser adotadas no acompanhamento e desenvolvimento dos alunos)

Regulamento n.º 258/2011, de 20 de abril, 2ª Série do Diário da República, Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses (ponto 4 - prevê entre outros procedimentos a utilização apropriada de técnicas e instrumentos de avaliação, consentimento informado para avaliação, e a proteção, segurança e confidencialidade dos materiais produzidos na observação, descrição e interpretação de informação relativa a alunos. Ponto 2.13. – prevê situações didáticas e formativas, em que os objetivos são os da apresentação oral de casos ilustrativos em que a identidade do indivíduo analisado é protegida.)

Consultor de Formação
B.I. 9534574 Nome

Especialista de Formação
B.I. Nome

Processo

Data de recepção 22-02-2017 **Nº processo** 96980 **Registo de acreditação** CCPFC/ACC-90143/17

Data do despacho 20-02-2017 **Nº ofício** 1473 **Data de validade** 17-10-2019

Estado do Processo C/ Despacho - Acreditado